

PETTY, Gisele. **Destecer e rever-se: A violência contra a mulher na desmontagem de Agda de Hilda Hilst**. Belo Horizonte - MG. Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Artes. Linha de Pesquisa: Artes da Cena; Orientador: Rogério Lopes da Silva Paulino. Bolsista do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PAPG) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

RESUMO

O objeto da pesquisa de mestrado que desenvolvo é a desmontagem de um espetáculo criado em 2004 de nome AGDA, adaptação do conto de Hilda Hilst (1973). Procuo neste ensaio levantar algumas evidências estruturais relativas à violência contra a mulher no Brasil, e aproximar estes temas junto à elaboração teórica e prática da desmontagem de AGDA.

Palavras-chave: desmontagem, violência contra a mulher, feminicídio, feminismo decolonial, Hilda Hilst, Agda

ABSTRACT

The object of the master's research I develop is the disassembly of a show created in 2004 called AGDA, adaptation of the short story by Hilda Hilst (1973). In this essay, I seek to raise some structural evidence related to violence against women in Brazil, and bring these issues together with the theoretical and practical elaboration of the disassembly of AGDA.

Keyword: disassembly, violence against women, femicide, decolonial feminism, Hilda Hilst, Agda.

O espetáculo AGDA foi criado em 2004 por Aldiane Dala Costa, Gisele Petty, Sandra Pestana e direção de Moacir Ferraz. É uma adaptação para o teatro do conto homônimo de Hilda Hilst, publicado originalmente em 1973. Estreou no Espaço Útero de Vênus em 4 de dezembro de 2004 na cidade de Campinas – SP, Barão Geraldo.

A prática de desmontar espetáculos surge na cena latino-americana, junto a processos artísticos e pedagógicos, vivenciados principalmente por integrantes da EITALC - Escola Internacional de Teatro da América Latina e Caribe, criada em 1988 em Havana, Cuba. A Escola foi fundada e dirigida por Osvaldo Dragún, e teve Ileana Diéguez Caballero, teatróloga cubana radicada no México, como membro da diretoria por dez anos. Para Diéguez, tratava-se de uma “escola virtual, itinerante e não governamental” (DIÉGUEZ, 2011, p.15)

Neste contexto da EITALC, desmontar espetáculos era uma das práticas realizadas, assim como das desconstruções cênicas, e das demonstrações de trabalho, desenvolvidas por grupos como, Odin Teatre, Yuyachkani, Teatro Obstáculo, Grupo Buendía, Teatro Ridotto, dentre outros: “os atores não podiam somente apresentar resultados, compartilhavam processos de procura, pesquisa, treinamento e construção, integrando-os em um evento artístico-pedagógico.” (DIÉGUEZ, 2018, p.15-16)

Na estrutura do espetáculo AGDA, as atrizes Aldiane, Gisele e Sandra, dividiam-se em representar cada qual um dos três amantes: Orto Kalau e Celônio, e à personagem Agda. A estrutura narrativa da peça era correspondente à apresentada no conto original: solilóquios líricos de Agda intercalados por cenas coletivas dialógicas – dos amantes, ou da vizinhança.

A montagem do espetáculo foi levantada em três meses, partíamos de improvisos corporais, principalmente em resposta ao recurso de Hilda Hilst em animalizar a figura de Agda: “agda-lacraia”, “agda-doninha”. Os modos de criação deste espetáculo foram habituais para uma montagem que não dispunha de muito tempo, mas que concordava sobre a relevância de que o material base de criação corporal fosse de autoria da atrizes.

Vontade sim de matar Agda-lacraia só para ver se o que vive dentro dela tem aparência com coisa de fora, verde-azinhavre, tripa.
(HILST, 2002, p. 105)

Agda se oferece em sacrifício à Deus, e tem conhecimento de como será sua morte, pelas mãos dos seus três amantes, porque assim também Orto, Kalau e Celônio, desejam suprimir a mulher que não compreendem, a mulher dita lacraia, rameira e feiticeira. Opressão, sufocamento e morte do feminino, são temas que em Agda estão elevados à potência mítica e mística, diante da grandeza de uma mulher que conversa com Deus, e habita o mundo de acordo com suas próprias leis – do desejo, vontade e liberdade.

Ao desmontar AGDA hoje, que mulher será levada à cena? María Lugones no texto *Rumo a um feminismo decolonial* (2019), nos diz que a própria definição de mulher compreende uma das dicotomias hierárquicas que o colonialismo instaura.

Para Lugones a definição de gênero é uma imposição colonial, uma ficção que sustenta a colonialidade do poder e a dominação racial e de gênero.

O sistema de gêneros é hierárquica e racialmente diferenciado; e a diferenciação racial nega a humanidade e conseqüentemente o gênero ao colonizado.
(LUGONES, 2019, p.365)

O gênero em si, portanto, não é o que define a condição mulher. Quando ao criar uma personagem feminina no teatro recorro a corpos que julgo serem femininos, baseados em uma construção de mulher que carrego, o que estou produzindo como resultado de minhas escolhas?

Françoise Vergès no livro “Um feminismo decolonial” afirma que: “As mulheres colonizadas são reinventadas como “mulheres” com base em normas, critérios e práticas discriminatórias experimentadas na Europa medieval” (2020, p.56), reafirmando que o conceito “mulher universal” designa uma mulher branca europeia, não se aplicando à mulher negra e à mulher indígena, ambas desumanizadas através do processo de colonização e escravização.

Ao refletir sobre a violência contra a mulher, tema presente na narrativa de AGDA, volto à década de 80 no Brasil, período em que o movimento feminista contribuiu de maneira expressiva, ao criar ações para visibilizar os conflitos e violência nas relações conjugais. (DEBERT, GREGORI, 2008, P. 168)

(...) ao lado de práticas de sensibilização e de conscientização, militantes feministas atendiam mulheres que sofriam violências nos chamados SOS-Mulher. (DEBERT, GREGORI, 2008, P. 168)

Com esta contribuição do movimento feminista, neste período, as denúncias de violência e assassinato de mulheres começaram a vir à tona como nunca antes no país, deixando evidente a impunidade destes crimes e a incapacidade do Estado em resolvê-los.

O corpo e a sexualidade feminina são historicamente os espaços onde mais se tenta demonstrar a autoridade masculina. (MELLO, 2016, p.156)

Há menos de 200 anos atrás no Brasil, ainda era autorizado perante a Lei, que maridos matassem suas esposas, “caso a surpreendesse em adultério (uxoricídio) ou simplesmente, se houvessem suspeitas ou boatos”. (MELLO *apud* ALCANTARA; CANAL; MACHADO, 2019). Hoje a mulher que não age de acordo com esta mesma conduta imposta séculos atrás, ainda é punida na sua interação cotidiana com o mundo, e pode ser violada e morta.

Mulheres morrem mais “nas mãos” de seus parceiros e ex-parceiros íntimos, ou seja, por quem mais se espera, convencionalmente, amor, companheirismo e respeito e também, dentro de suas próprias casas, tornando possível concluir que o lar é o local mais perigoso para as mulheres. (ALCANTARA; CANAL; MACHADO, 2019, p. 346)

4.936 mulheres foram mortas no ano de 2017 no Brasil, o maior número registrado desde 2007¹. Destas quase cinco mil mulheres, quantas foram mortas pelo marido ou ex marido, namorado, ex namorado, tio abusador assassino, vizinho estrangulada, raptada enquanto dormia, criança, menina indígena de cinco anos, enterrada, soterrada, hematomas no seio, na boca, jogada da sacada do apartamento, espancada no elevador, morta com uma faca de cozinha, na frente das filhas luz do dia natal em Copacabana? Pelo marido pelo marido pelo marido.

Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Prá gente que é preta então, nem se fala. (GONZÁLES, 1984, p.229)

¹ Atlas da Violência 2019, p.36

Os indicadores de cor, raça e identidade de gênero, trazem o recorte cruel que intensifica o quadro da violência contra a mulher negra, indígena e transgênera.

No ano de 2019, 5.590 mulheres indígenas foram declaradas desaparecidas para o Centro Nacional de Informação de Crimes, do FBI, segundo o Jornal O Estado de São Paulo de 19 de fevereiro de 2020.

A notificação de estupro e morte de mulheres indígenas não é dada pelos indicadores oficiais no Brasil, à exemplo do Atlas da Violência de 2019, que conta a mulher indígena como não negra, estando na soma de brancas, amarelas e indígenas totais.

Segundo o mesmo Atlas da violência 2019, a taxa de homicídios de mulheres não negras em números absolutos teve crescimento de 1,7% em 2019, para uma diferença brutal em relação às mulheres negras, em que o crescimento é de 60,5%. (*ibidem*, p.38) ²

Sobre todas nós o sangue que ainda escorre de mulheres negras e indígenas. São estes os corpos mais violentados pela dominação colonial atravessada de Brasil.

O conto Agda de Hilda Hilst narra um feminicídio, a mulher é morta pelos amantes. Sua morte é ofertada em sacrifício à Deus, e executada por Kalau.

Kalau: Apareceu diante de nós com o ventre cheio, toda arredondada (...) queria e não queria atravessá-la com a ponta aguçada, queria muito deitá-la sobre a pedra e uma vez mais gozar o do meio das pernas de Agda-lacraia...ai Agda-maravilha.
(HILST, 2002, p. 122)

Com um punhal, ponta de faca, Kalau atravessa o ventre grávido de Agda. Para a montagem de 2004 optamos por narrar em *off* essa passagem, com as vozes gravadas das atrizes sobrepondo suas presenças na última cena da peça. As três atrizes estavam sob uma luz indireta, com os quadris nus para cima e as saias de seus figurinos lhes cobrindo a cabeça.

Havia a construção de um corpo animalizado em resposta à imagem do poema “Sobre a Tua Grande face” (Hilst, 2004, p.113), também narrado em *off* nesta cena final. Neste poema Hilda constrói uma mulher “égua fantasmagórica” iludida com a presença de Deus.

(...) De nunca te tocar
Tocando os outros
Acredito ter mãos, acredito ter boca
Quando só tenho patas e focinho.
Do muito desejar altura e eternidade

² “O número de negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas” (legenda dos gráficos/ Atlas da Violência 2019)

Me vem a fantasia de que Existo e Sou.
Quando sou nada: égua fantasmagórica
Sorvendo a lua n'água.
(HILST, 2004, p. 113)

A meia-luz, o figurino, a beleza e fragilidade construídas na nudez feminina, a voz *off*, estes recursos teatrais reforçaram uma dimensão onírica, mítica, para a morte de Agda e o fechamento do espetáculo. Hoje escolho desmontar a morte de Agda e tratar explicitamente do feminicídio contido nela.

AGDA me leva de encontro à violência que cerceia o corpo feminino historicamente em meu país. É através desta narrativa que quero destecer o mundo que vivo, para que eu possa rever, redescobrir e reconstruir estes temas em mim.

Desmontar AGDA é reelaborar materiais e modos de composição no teatro, para que o exercício da liberdade como atriz esteja indissociável do exercício da liberdade da mulher.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Naiara Sandi Almeida, CANAL, Gabriela Catarina, MACHADO, Isadora Viera - **Femicídio: o gênero de quem mata e de quem morre** SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 21, N.2, P.333- 354, JAN./JUN. 2019.

ANTRA: **Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. Consulta feita em 14/01/2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/category/violencia/>

CABALLERO, Ileana Diéguez. **Des/tecer, des/montar, desvelar**. In: Desmontagens: Processos de pesquisa e criação nas artes da cena. Organização Ileana Diéguez, Mara Leal. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018.

CABALLERO, Ileana Diéguez. **Cenários Liminares**: teatralidades, performance e política. Tradução de Luis Alberto Alonso e Angela Reis. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da violência 2019**. IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 18/03/2021.

DEBERT, Guita Grin. GREGORI, Maria Filomena. **Violência e Gênero – Novas propostas, velhos dilemas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.23.nº 66. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011>. Acesso em 18/03/2021.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira** -In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GREGORI, Maria Filomena – **Cenas e Queixas – Um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: ANPOCS, 1993.

HEALY, J. BAUSSAN, C. **À medida que mulheres indígenas desaparecem, a indignação aumenta**. Jornal O Estado de São Paulo. 19/02/2020.

Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,assassinato-mulheres-indigenas,70003200773>. Acesso em: 18/03/2021.

HILST, Hilda. **Agda**. In: HILST, Hilda. Kadosh. São Paulo: Globo, 2002.

HILST, Hilda. **Sobre a Tua Grande Face**. Do Desejo. São Paulo: Globo, 2004.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. Pensamento geminista”conceitos fundamentais. Organização Heloías Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.440p.

MELLO, Adriana Ramos. **Feminicídio: uma análise sócio-jurídica do fenômeno no Brasil**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v.19, n.72, p.140-167, jan.-marc. 2016)

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 pp.